
Interações entre Comunicadores Locutores e Ouvintes da Rádio Comunitária A Voz do Morro de Porto Alegre na Perspectiva da Cidadania Comunicativa¹

Rodrigo Severo RODEMBUSCH²
Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS

RESUMO

Esta pesquisa realiza uma análise dos processos comunicativos entre comunicadores locutores da rádio comunitária A Voz do Morro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção de uma cidadania comunicacional. Como alicerce da investigação, no arcabouço teórico foram problematizados os conceitos de cidadania comunicativa. Na fase sistemática da pesquisa, foram feitas entrevistas em profundidade com comunicadores locutores e ouvintes. Entre os resultados encontrados, estão críticas à falta de participação efetiva do público na programação como fator primordial para a construção de uma comunicação comunitária de fato e o fomento da cidadania comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: rádio comunitária; comunicação comunitária; cidadania comunicativa; a voz do morro.

INTRODUÇÃO

Frente a um movimento de reconfiguração a que os processos comunicacionais estão sujeitos a partir da perspectiva da presença do ambiente digital, os serviços de radiodifusão comunitária, que têm no comunicador ouvinte sua razão de existir, precisam ser problematizados quanto às possibilidades de participação que oferecem a seu público. Em uma realidade midiática hegemônica e protetora do *status quo* (COGO, 1998), as rádios comunitárias são, em um país de grande desigualdade social, como é o caso do Brasil, uma alternativa para “formação do senso crítico, estimulando a reflexão sem determiná-la” (NUNES, 2006, p.135).

Assim, como parte integrante do espectro midiático da produção de comunicação de caráter comunitário entre grupos marginalizados (MILAN, 2008) ou discriminados pela sociedade (PERUZZO, 2010), o rádio tem a capacidade de participar no processo de descentralização da informação (COGO, 1998), como o têm jornais, blogs, televisões

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em International Media Studies (Deutsche Welle/Hochschule Bonn-Rhein-Sieg – Alemanha). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e-mail: r.rodembusch@gmail.com

alternativas etc. Porém, a força do meio radiofônica se dá, talvez, “pelo fato de ter um baixo custo, não exigir habilidades prévias de seus ouvintes, podendo ser consumido a qualquer hora e lugar” (COGO, 1998, p.98).

Para atuar como um agente contra-hegemônico, é preciso que sejam estreitados, casa vez mais, os laços entre a comunidade pela qual, para a qual e sobre a qual o serviço de radiodifusão comunitária opera. É nesse cenário que esta pesquisa se insere e se propõe a analisar a relação entre comunicadores locutores da rádio comunitária, a partir das interações comunicativas entre a RADCOM A Voz do Morro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção da cidadania comunicativa. A rádio foi selecionada após pesquisa exploratória em que foram mapeados os serviços de radiodifusão comunitária da capital gaúcha e, a partir deste levantamento, realizadas entrevistas exploratórias com os respectivos comunicadores gestores, comunicadores locutores e comunicadores ouvintes. Na fase sistemática, foram realizadas entrevistas em profundidade *in loco* com três comunicadores locutores e três ouvintes, levando em conta a diversidade de vozes e formas oferecidas de participação para este estudo.

A CIDADANIA COMUNICATIVA NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A questão da cidadania possui diversos atravessamentos nesta pesquisa, pois se faz presente nas diferentes dimensões que operam para compreender os processos comunicacionais entre comunicadores ouvintes e as rádios comunitárias. Nesse sentido, concorda-se com Berger ao afirmar que “cidadania não é uma palavra de pouco significado” (2006, p.9), uma vez que seu conceito é abrangente e complexo e envolve diferentes tipos de percepções e experiências propriamente ditas - como uma ação, um pensamento, uma ideia, um ato, uma iniciativa ou uma mobilização – que poderiam ser compreendidas como a materialização da cidadania. Inclusive o próprio acesso a tecnologias tem uma relação direta com a construção de cidadania.

Para Berger, ao aprofundarmos a compreensão sobre o tema, é preciso trazer à discussão o elemento comunidade, pois “o que acompanha a questão da cidadania é uma discussão sobre o sentido e o alcance de ser membro da comunidade em que se vive. ‘Quem pertence’ ou ‘quem não pertence’ são as perguntas que estão na raiz do problema”. (BERGER, 2006, p.9).

O referido pertencimento remete à ideia de unidade (REIS, 1997), isto é, fazer parte de um corpo mais amplo – ser reconhecido como, por exemplo, integrante de uma nação e, uma vez parte dela, ser detentor de direitos assegurados pelo Estado. A relação entre o cidadão e o Estado no qual ele faz parte é explicada por Ghai, ao considerar que

[...] o povo está ligado ao Estado pelo conceito de cidadania, baseado rapidamente nos direitos e obrigações iguais de todas as pessoas, pressupondo a lealdade para com o Estado, e não reconhecendo quaisquer distinções de cultura ou de tradição. Os cidadãos têm direitos, mas estes são direitos dos indivíduos, baseados em uma visão abstrata e uniforme da pessoa humana (2003, p.959).

Levando, então, essa compreensão para um nível mais específico, o da comunidade, é claro que, teoricamente, as garantias de igualdade, de participação e de expressão se fazem presente. Entretanto, como é possível identificar nas práticas de vida em comunidade essa cidadania? Dallari avança na questão de como pode ser percebida a cidadania em uma sociedade e afirma que ela se dá por meio das experiências vividas, que são construídas no dia a dia. Pereira exemplifica que essa percepção existe no respeito à legislação, à limpeza de vias públicas, à forma de tratamento de semelhantes, etc. (2013). A negativa dessa ação seria, para o autor, a inexistência da cidadania. Para ele, “quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões”. (2003, p.2).

Com o desenvolvimento tecnológico, e se percebe isso na realidade brasileira claramente, esse ser humano à parte da sociedade e/ou das políticas públicas, que lhe garantiriam a possibilidade de uma vida mais digna, encontra em meios não hegemônicos a chance de dar voz a suas demandas e anseios enquanto cidadão. Josgrilber aponta justamente o atravessamento que existe entre a tecnologia e a cidadania ao ressaltar que

[...] com tecnologias mais flexíveis, híbridas e adequadas às realidades locais, a implementação de uma infraestrutura de acesso à internet em banda larga permite a efetiva democratização da tecnologia para o cidadão. Essas redes, constituídas como patrimônio da comunidade, indicam um caminho de apropriação social que entende a inclusão digital como acesso da população à sociedade do conhecimento e como uma dimensão de extrema valia na construção de uma cidadania ativa (2010, p. 192-193).

A partir do que apresenta Josgrilberg, é possível que esse cidadão ativo busque informação, trazendo para sua realidade e para a realidade de sua comunidade a possibilidade de participação nos espaços democráticos. Isso se daria com a criação de novos meios para ampliar as condições de vida pessoal, da comunitária e do local onde residem (JOSGRILBERG, 2010). Ressalta-se, entretanto, que para que seja realmente concretizada a democratização nesse cenário, são necessários outros fatores, entre eles, a própria competência, isto é, o domínio técnico de como utilizar as possibilidades oferecidas de interação, analógicas e digitais.

Assim, questiona-se, como devem se dar os processos comunicativos no âmbito das rádios comunitárias para que possam ser significativos cenários de construção da cidadania? Que cidadania comunicativa se constrói a partir do protagonismo dos comunicadores ouvintes? Para Peruzzo, cidadão é um ser com direitos civis respeitados, atuante no exercício do poder político, com uma vida digna que lhe permite o acesso ao conhecimento, “mas também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos”. (2002, p.85).

Para Mata (2006), esta forma de cidadania, exercida por esse cidadão, extrapola os aspectos legais, alcançando um sentido maior, de libertação e igualdade – processo que ocorre também por intermédio dos meios de comunicação. A autora destaca que é preciso “analisar quais são as representações de cidadania que os meios constroem, e como se autorrepresentam, contudo, os espaços de ‘cidadanização’, isto é, como espaços de visibilidade e de produção de direitos e deveres”. (2006, p.8).³ Lahni, em perspectiva convergente, destaca que partindo do que se compreende como informação, garantida pela Constituição de 1988, a comunicação exerce papel indispensável e necessário nas sociedades contemporâneas e democráticas. Para a autora, “tal centralidade inclusive se firma com o reconhecimento do direito à comunicação, entendido como a garantia de receber e de emitir informações e opiniões que são importantes para a pessoa e seu grupo de pertencimento”. (LAHNI, 2014).

Para esta pesquisa, é relevante problematizar o conceito de cidadania comunicativa, pensando as possibilidades de sua constituição e seu exercício no âmbito das relações entre as RADCOMs e seus ouvintes. Mata (2006) argumenta que é complexa sua compreensão, uma vez que diz respeito a direitos inegociáveis como à informação, à

³ Tradução do autor. Original em espanhol.

comunicação, à liberdade de expressão e também à “capacidade de exigir a exibição de assuntos públicos e principalmente às práticas para firmar os direitos no âmbito específico da comunicação”. (2006. p.13). Conforme a autora, a cidadania comunicativa inclui

O reconhecimento da capacidade de ser um sujeito de direito e deveres no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito. É uma noção complexa que envolve várias dimensões e que reconhece o status que os indivíduos têm nas sociedades midiáticas. A noção de cidadania comunicativa refere-se necessariamente aos direitos civis - liberdade de expressão, o direito à informação, a possibilidade de exigir a publicação dos assuntos públicos etc. juridicamente consagrados por diversos instrumentos, tais como a constituição de Estados, leis, decretos, regulamentos. Nesse sentido, e como é geralmente o caso dos direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite para a ação do Estado com o objetivo de garantir a liberdade das pessoas representa um estatuto jurídico (MATA, 2006, p.11)

Sob tal perspectiva, entende-se que o cidadão reconhece tal capacidade na medida em que tem condições de lutar por e exercer seus direitos no que tange à comunicação. Em sociedades em desenvolvimento, esse reconhecimento é representado por uma luta constante por informação, por espaço no espectro midiático para veiculação de temas relevantes para si e sua comunidade.

Mata avança no entendimento da cidadania comunicativa considerando quatro níveis que garantiriam seu exercício pleno. O primeiro diz respeito à cidadania comunicativa formal, que considera todo e qualquer direito garantido por meio da lei; o segundo, a cidadania reconhecida, quando os indivíduos se identificam, se reconhecem enquanto cidadãos e têm noção de seus direitos. A cidadania comunicativa, o terceiro nível, é aquela exercida. Por fim, Mata (2006) se refere à cidadania comunicativa ideal, que levaria em consideração pressupostos teórico-políticos e as expectativas para uma real mudança social. Em toda essa construção, fica explícito o protagonismo do cidadão. A autora acentua “a indispensável participação popular, complicando a área da comunicação e informação como ambiente valoroso de trocas simbólicas para a consolidação da cultura democrática”. (2006, p. 8).

No que tange a questões ligadas à democracia, Maldonado observa que, a partir de uma articulação da esfera midiática em nível mundial entre os anos 70 e 80, a cidadania comunicativa “foi negada de maneira violenta, estabelecendo enquadramentos jurídicos e políticos repressivos de censura” (2011, p.3) na América Latina, o que demonstra um esforço para a manutenção de formas democráticas e igualitárias de comunicação na

região. Ainda para o autor, a “cidadania ampliou-se para problemáticas de criação de modos de vida social humanos que expressam a vida contemporânea e, também, orientam para *novos mundos possíveis* de estruturação social, cultural, política e comunicativa”. (2011, p.5).

Peruzzo (2008) considera que a cidadania tem estreita relação com a participação. É nessa nova possibilidade de reconfiguração que se alicerça o que se entende por cidadania, que inclui um processo em constante construção, de protagonismo daqueles sujeitos que lutam por direitos. No que tange à cidadania comunicativa, tal processo visa a igualdade de acesso, produção e gestão de meios de comunicação. Agora, se são necessários espaços onde exista uma interlocução entre diversas realidades de lutas, como propõe Santos (2008), que papel tem o ambiente digital nesse processo? Santos (2008) se refere às potencialidades emancipatórias que precisam emergir de dentro destes espaços.

Com Cortina (2005), é possível pensar que os meios de comunicação têm papel na construção da cidadania, também, como processo informal de educação. Porém, cabe um questionamento: o que fazer quando determinados coletivos não se sentem representados na mídia? A autora dá uma indicação de quem poderiam ser eles ao apresentar três tipos de diferenças culturais: os desfavorecidos, as minorias⁴ nacionais e certos grupos étnicos e religiosos (2005, p.148). Conforme a Unesco⁵, todos eles poderiam se beneficiar, por exemplo, de canais comunitários de comunicação para o fomento de suas demandas ou manutenção de suas individualidades.

A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM PORTO ALEGRE: A VOZ DO MORRO

O Morro Santana, na zona leste de Porto Alegre, é um bairro recente dentro do cenário constitutivo da divisão da capital gaúcha. Conforme a Secretaria Municipal da Cultura, o início da ocupação da região do Moro Santana ocorreu no século 18 e “está ligado à doação da sesmaria a Jerônimo de Ornellas e à fundação de sua fazenda”. (2017).

⁴ A compreensão acerca do termo minoria é originado da definição de Rostelato e Siqueira, que afirmam que a “minoria é o conceito que se adota com a finalidade de indicar que certas pessoas sofrem discriminações, tendo seus direitos de cidadania desrespeitados” (2010, p. 226). Assim, entende-se minoria como um grupo com alguma forma de ligação, seja ela étnica, religiosa, cultural, de orientação sexual, de geografia, etc., que não é necessariamente formado por um número inexpressivo de integrantes, porém, possui como característica ter seus direitos desrespeitados, enquanto cidadãos, pela sociedade e pelo poder público.

⁵ Para mais informações: *Community Radio Handbook* – Unesco. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001245/124595e.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016.

A urbanização ocorreu nos anos 50 com a instalação de empresas. No Morro Santana destaca-se ainda a mobilização comunitária e, segundo a Secretaria Municipal da Cultura, “a primeira associação criada foi a Sociedade Beneficente Recreativa da Vila Protásio Alves – SOBREVIPA.

A Rádio A Voz do Morro (88.3 FM), não outorgada, funciona aos domingos em um espaço que era parte de uma residência na esquina entre o Acesso 20 e o Acesso 3, sem número. Sua origem ocorreu como rádio-poste por volta de 2003 – data que não pode ser precisada pelo comunicador gestor Rodrigo Rodrigues. A RADCOM já funcionou na garagem do entrevistado. O primeiro transmissor foi instalado em uma caixa de ferramentas e outro, que substituiu o anterior, “funcionava quando ele queria, superaquecia, então tinha que colocar vários ventiladores em cima dele”, lembrou.

Quanto à outorga, Rodrigo Rodrigues é claro: “Não é a nossa maior preocupação. A rádio tem o direito de ser reconhecida, mas a gente entende que hoje, a gente teria que adequar a rádio à lei e tem muita arbitrariedade. Tem que fazer a luta para adequar a lei à realidade das rádios.” (2017). Sobre as instalações, o local passou por algumas sedes e, onde está situado hoje, é resultado de uma reforma para oferecer melhores condições para a veiculação da programação, oficinas de rádio e operação, além de ter sido espaço para aulas de pré-vestibular – que migraram para a sede da Associação de Moradores da Vila Tijuca, no Morro Santana. Quanto à programação da Voz do Morro, a rádio transmite seus programas aos domingos nos turnos tarde e noite.

Os programas podem ser ouvidos no 88.3 FM ou pela internet (<http://avozdomorro.blogspot.com.br/>). O ouvinte que perde algum programa pode recorrer ao blog - que mantém um arquivo daqueles programas que os comunicadores da Voz do Morro acreditam que sejam relevantes. Além de um conteúdo *on demand*, isto é, que pode ser acessado pelo internauta interessado, há um espaço denominado “Deixe seu Recado”. Nele é possível observar mensagens de questionamentos, dúvidas e informações sobre a rádio. A RADCOM ainda está presente, no ambiente digital, no Facebook e no microblog Twitter.

A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA COMUNICATIVA

O contato com os três comunicadores locutores (Luciana, Rafael e Mai)⁶ ocorreu entre os dias 15 de outubro de 2017 e 20 de dezembro do mesmo ano. O procedimento metodológico para a realização da coleta de dados da pesquisa sistemática utilizado foi uma entrevista em profundidade abordando a temática já referida. O contato com os três representantes da Voz do Morro (Fernando, Roberto e Rachel)⁷ ocorreu entre 01 de janeiro e 19 de janeiro de 2018. O procedimento metodológico para a realização da coleta de dados da pesquisa sistemática utilizado foi uma entrevista que teve elementos semelhantes ao roteiro aplicado aos comunicadores locutores.

Na análise das percepções quanto à comunicação comunitária e a promoção da cidadania dos comunicadores locutores, entre os comunicadores da Voz do Morro existe uma clareza do papel da RADCOM, mesmo com baixa participação do público e da comunidade – dois grupos que podem ser distintos, uma vez que o público pode não ser da comunidade na qual a rádio está inserida: Morro Santana. Existe um entendimento, talvez pela trajetória política e de militância dos entrevistados, do que pode ser alcançada com uma comunicação comunitária efetiva. As respostas relativas ao lugar que as pessoas ocupam em uma comunicação que busca ser comunitária podem ser visualizadas nos trechos seguintes:

O lugar que ele quiser. Se é uma comunicação comunitária, todos devem se expressar. Se tem a rádio, a pessoa tem que ir lá. Se deu problema na rua, no posto de saúde. Eles deviam pegar essa forma de rádio comunitária e usar para expor os problemas, se mobilizar para resolver os problemas (Mai, entrevista concedida em 15 de dez. 2017).

Eu acho que o lugar pode variar. Ela pode tanto fazer um programa, quanto participar de uma transmissão ou ser entrevistada por um programa ou levar lá o seu problema e pedir para alguém falar por ela. Ela pode simplesmente escrever um bilhete e colocar embaixo da porta que a gente vai ler, ela pode botar na página uma mensagem, ocupar esse espaço de várias formas. Acho que várias pessoas ocupam de várias formas (Luciana, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

Acredito que o lugar na prática, de um modo geral, da comunidade lá é ainda de uma indiferença muito grande. A participação é muito rara. O lugar deveria ser de cada morador fazer um programa. Ter uma programação 24h de segunda a sexta, mas é só domingo e tem poucos programas e alguns nem são moradores de lá, como meu exemplo. O lugar deles deveria ser mais orgânico dentro da rádio (Rafael, entrevista concedida em 19 de dez. 2017).

⁶ Será utilizado somente o primeiro nome dos entrevistados.

⁷ Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Os entrevistados sabem o que seria o ideal de construção comunitária de um serviço de radiodifusão. Quanto ao lugar que as pessoas devem ocupar é, ao mesmo tempo, qualquer um e todos possíveis, pois é o que uma comunicação comunitária busca: “O lugar que ele quiser” (Mai); “Eu acho que o lugar pode variar” (Luciana); e “O lugar deveria ser de cada morador fazer um programa” (Rafael). Os comunicadores entendem a RADCOM como um espaço de expressão de problemas locais, de demandas necessárias para a região, de construção de meios alternativos de comunicação. Entretanto, *Rafael* aponta, mais uma vez, que a falta de participação existe. Para ele, a programação deveria ser diária nos sete dias da semana, porém, com o baixo número de comunicadores locutores, não é possível oferecer uma regularidade de programas.

Em síntese, pode-se ver nos depoimentos que há uma contradição entre o espaço oferecido para o protagonismo da comunidade e a falta de participação. Essa constatação é importante como elemento de reflexão; neste sentido, Castells, salienta que o ambiente digital permite que as pessoas interajam em uma “ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. É por isso que o controle dessa ágora pública pelo povo talvez seja a questão política mais fundamental suscitada pelo seu desenvolvimento” (2003, p.135). Pouco se avança com um projeto de comunicação comunitária, como o da Voz do Morro, sem o alicerce da participação da comunidade. Castells oferece um lado da equação, o outro, depende do comunicador ouvinte.

Quanto à questão da cidadania, os três entrevistados conseguiram formular suas respostas sem a necessidade de intervenção da minha parte e conseguiram refletir sobre o que se produz na Voz do Morro. *Mai*, *Luciana* e *Rafael* acreditam que existe promoção da cidadania. *Rafael* frisou que a RADCOM “colabora promovendo a comunicação popular, tendo programas sobre educação, tendo radialistas e comunicadores que são professores e eles sempre tentam trazer a população para o bairro e a rádio para fora do estúdio, na praça”. Os eventos também foram lembrados por *Mai* e *Luciana*.

No que tange às limitações da Voz do Morro, *Luciana* faz uma forte crítica à desconstrução dos espaços comunitários desde os anos 80 o que, segundo ela, tem parcela de responsabilidade na pouca participação da comunidade na emissora.

As pessoas se enclausuraram muito em casa e se contentam em reclamar pelo Facebook, mandar alguma mensagem falando mal do Temer ou de alguém, mas a sua participação física, de construir alguma coisa junto, não vou dizer que inexistente, mas é muito pouca. Falta isso, as pessoas terem noção de que elas têm força, de que não está tudo acabado (Luciana, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

Luciana e Rafael destacaram, ainda, o momento atual em que passa o Brasil e as dificuldades advindas da crise socioeconômica. Para ambos, esse cenário também impacta no serviço de radiodifusão comunitário realizado no Morro Santana. “Estão muito acomodadas em casa, trabalhando demais, subemprego em cima de subemprego. Então, não é mais aquele trabalhador que chega em casa em um determinado horário e vai descansar. Isso não existe mais. É toda uma mudança e quem é militante também tem que compreender” (Luciana). Para *Rafael*, “nos governos anteriores aumentou mais ainda a exploração porque teve um estímulo ao consumo via crédito e as pessoas tinham que trabalhar cada vez mais para pagar suas dívidas. A rádio é feita por quem precisa mais e quem precisa mais tem menos condições de ouvir e participar de uma rádio comunitária”.

Os três comunicadores ouvintes conseguiram desenvolver, sem necessidade de intervenção minha, os questionamentos sobre comunicação comunitária e cidadania. Primeiramente, são apresentadas as concepções dos entrevistados sobre o lugar das pessoas da comunidade numa comunicação que busca ser comunitária.

A rádio deve buscar horizontalidade e não verticalidade. Tem que ser uma troca. Isso é o que a rádio deve fazer (Roberto, entrevista concedida em 11 de jan. 2018).

Elas deveriam ter um papel ativo. Acho que a Voz do Morro abre essa possibilidade de a pessoa ser mais ativa. Acho que demora um pouco a participação. Acho que isso está atrelado um pouco à divulgação mesmo da rádio na comunidade. Não sei se a comunidade tem noção mesmo da existência da rádio, como a rádio trabalha. Talvez por isso tenha tão pouca participação (Fernando, entrevista concedida em 12 de jan. 2018).

Participando, ouvindo, dando opinião... trazendo também notícias, participando de debates. As pessoas são centrais nesse processo. A Voz do Morro tá sempre tentando botar gente nova pra dentro. Quando entregam um panfleto, falam sobre a rádio é uma forma de fazer com que a pessoa se interesse (Rachel, entrevista concedida em 19 de jan. 2018).

As fundamentações teóricas desenvolvidas apontam para um lugar de protagonismo da comunidade, traduzido pela participação e produção dos sujeitos

(MILAN, 2008) no processo de dar voz a demandas e problemas locais em um processo de mudança de postura social, conforme Cremades (2009). Essa ideia está presente nas falas de *Rachel, Fernando e Roberto*. Para *Raquel*, “as pessoas são centrais nesse processo” e mesmo que exista pouca participação, a *Voz do Morro*, segundo ela, insiste no movimento de aproximação entre RADCOM e comunidade. *Fernando* foca, mais uma vez, na questão da visibilidade da rádio a partir da divulgação que é feita. Ele acredita que, em se tornando mais conhecida, a *Voz do Morro* pode ganhar mais ouvintes e ter seu trabalho reconhecido na região. A conjugação verbal no futuro do pretérito “deveria” dá pistas da forma como *Fernando* enxerga a relação do público com a RADCOM. Nesse caminho de dois sentidos: rádio → comunicador ouvinte e comunicador ouvinte → rádio, existe um *déficit* de protagonismo por parte do público ouvinte. Lembro que o protagonismo do cidadão integra diversos estudos e tem relação direta com um direito fundamental: o da comunicação (RIBEIRO E ORTIZ, 2007; PAIVA, 2003; e LAHNI E COELHO, 2009). A ideia que têm quanto à cidadania é positiva. Dos depoimentos colhidos empiricamente, os entrevistados acreditam que existe a promoção da cidadania, porém, sempre com espaço para melhorias.

É o principal mérito dela. É discutir e procurar falar das questões que preocupam as pessoas. Ela é indispensável. Ela possibilita que esse pessoal não fique esperando que as coisas venham de cima para baixo. Eles (os comunicadores) têm uma noção de política. Eles podem sim se organizar, são sujeitos com direitos que lhes são negados (*Roberto*, entrevista concedida em 11 de jan. 2018).

Olha, se fizessem um trabalho mais intenso poderiam potencializar isso. Acho que tem grande possibilidade de aprofundar laços comunitários, fazer as pessoas se reunirem de tempos em tempo. Promoção da cidadania é uma maneira de divulgar o que está acontecendo como uma campanha de vacinação ou promover formas conscientes de a pessoa escolher os governantes, de as pessoas votarem, saber dos motivos de um determinado protesto. E isso a rádio faz de uma maneira muito tímida ainda (*Fernando*, entrevista concedida em 12 de jan. 2018).

Sim. Colabora com a questão dos debates, das conversas sobre os direitos, com esse convite a participar. Uma rádio comunitária deveria ajudar a vida das pessoas da comunidade. E a *Voz do Morro* cumpre esse papel. Trazer cidadania é trazer as pessoas para o debate, indo pra rua, participando de uma mobilização (*Rachel*, entrevista concedida em 19 de jan. 2018).

Roberto destacou a trajetória política e de militância dos comunicadores locutores, o que, na sua opinião, tem peso no que se discute e na forma com que se discutem temas na rádio. Lembrou a condição de comunidades marginalizadas socialmente e das possibilidades que a RADCOM pode trazer em um processo de comunicação horizontal, sem hierarquias, conforme apontam Nunes (2006) e Tabing (2002). Fernando expressa noções que se vinculam ao que pensa Nunes (2006) ao mencionar a possibilidade de divulgar informações como, por exemplo, de campanhas de vacinas. Para o autor mencionado, “as rádios comunitárias podem se converter num poderoso instrumento de educação não-formal” (2006, p.136). *Fernando* ainda classificou como tímida a promoção da cidadania e acredita que há espaço para desenvolvimento, o que depende, segundo ele, de “um trabalho mais intenso”. Para *Rachel*, a *Voz do Morro* cumpre com o papel de auxiliar na vida das pessoas, pois, a seu ver, promover cidadania é “trazer as pessoas para o debate”.

Em suma, “se a participação na comunicação tem sido apontada como uma maneira de exercer a cidadania” (LAHNI E COELHO, 2009, p.98), consigo perceber que as duas rádios comunitárias pesquisadas nessa tese cumprem seu papel ao oferecerem o espaço e o meio de comunicação para que se concretizem as realizações comunicacionais, porém com déficit de participação na *Voz do Morro*. Peruzzo (2008) também entende que a cidadania tem estreita relação com a participação. Campos e Barros (2012) elencam a doação à comunidade como principal elemento de uma comunicação comunitária. Nesse sentido, ambos serviços de radiodifusão comunitária atingem o objetivo, pois têm em sua natureza, ser a voz na sociedade daqueles que não tem. Mata (2006) avança nesse debate e explica que a cidadania comunicativa, como a compreende, refere-se necessariamente aos direitos civis, entre eles, a liberdade de expressão e o direito à informação (2006, p.11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da rádio *A Voz do Morro* remete ao que Peruzzo (2010) entende como um processo de, cada vez mais, estar em contato com a tecnologia no que se refere à comunicação. Como essa realidade não é recente, já existe um movimento de reflexão crítica sobre as implicações do ambiente digital nos processos comunicacionais oferecidos pela RADCOM tanto da parte dos comunicadores locutores, como entre os

comunicadores ouvintes. Os comunicadores locutores buscam, dentro e fora de seus programas, incentivar a participação do público e o fazem por meio das mídias digitais (particulares e da rádio).

Percebe-se que, com base nas entrevistas com o comunicador gestor e com os comunicadores locutores, o anseio da Voz do Morro é o de que a comunidade faça uso da RADOCM: um produto resultante do trabalho coletivo. Ao abordarem a questão da comunicação cidadã e cidadania, os entrevistados demonstraram entender o papel da RADOCM em um contexto de comunicação contra-hegemônica e buscam, dentro de suas limitações, alavancar as possibilidades que um serviço de radiodifusão comunitária oferece para a comunidade. Destacaram em suas falas, entretanto, que a participação pode ser maior dos comunicadores ouvintes. Como motivo para a pouca interação, observaram que o cenário socioeconômico brasileiro pode ter impactado na vida das pessoas a ponto de as prioridades serem outras que não o estreitamento de laços com a RADOCM.

Com relação aos comunicadores ouvintes, os entrevistados percebem a rádio comunitária como um espaço que pode trazer benefícios para a comunidade, um serviço que fomenta a cidadania. Entretanto, mais uma vez a questão da falta de participação foi levantada, o que poderia restringir todo o esforço da RADOCM. A partir das perspectivas teóricas e das observações e entrevistas realizadas na Voz do Morro, acredita-se que os processos comunicacionais têm o caráter de uma comunicação comunitária, uma vez que busca constantemente a mobilização da comunidade no entorno da emissora e sobre temas que têm interesse para a região. É clara a intenção de comunicadores gestores e locutores de desenvolver um sentimento de pertencimento ao Morro Santana. Entretanto, a participação é muito restrita a certos programas por vínculos pessoais existentes entre os apresentadores e público fora do espaço de radiodifusão comunitária. Não existe um fluxo intenso de duas vias (comunicador locutor e comunicador ouvinte), havendo a necessidade de incremento no que tange a comunicação entre os dois sujeitos comunicantes. Mesmo com possibilidades digitais de participação não se observa uma apropriação desses meios para interagir com a RADOCM.

Em suma, A Voz do Morro tem espaço para o desenvolvimento de uma cidadania comunicativa que traga benefícios para a comunidade, havendo a necessidade de um incremento na participação dos comunicadores ouvintes.

REFERÊNCIAS

BERGER, C.. **Apresentação**. In: COGO, D.; MAIA, J. Comunicação para a cidadania. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, L.; BARROS, L. C. **Comunicação comunitária: essa é sua onda**. Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), 2012. Disponível em: < <http://www.gta.org.br/wp-content/uploads/2012/02/cartilha-comunica%C3%A7%C3%A3o-comunit%C3%A1ria.pdf> > Acesso em: 25 jul. 2017.

CASTELLS, M. **Internet e sociedade em rede**. In: DE MORAES, D.. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COGO, D. **No Ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

CREMADES, J. **Micropoder: a força do cidadão na Era Digital**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2009.

DALLARI, D. de A. **Elementos para uma teoria geral do estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GHAI, Y. **Globalização, multiculturalismo e direito**. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.555-613.

LAHNI, C. R. **Reflexões iniciais sobre comunicação comunitária, formação de jornalistas e cidadania, a partir de artigos na Intercom e na Compós**. Razón y Palabra, v. 18, n.86, 2014. p. 1-19.

LAHNI, C. R.; COELHO, F. **Participação de jovens em uma comunitária autêntica e em três autorizadas de Juiz de Fora**. In: Universidade Federal da Paraíba (PPGC). Culturas midiáticas, v.2, n.1, 2009. p. 96-111.

MALDONADO, A. E. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade**. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre, 2011. Disponível em <www.compos.org.br/biblioteca>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MATA, M. C. **Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación**. Revista Fronteiras, v.8, n.1, São Leopoldo, janeiro / abril 2006. p. 5-15. Disponível em <<http://seminariodemocratizar.eci.unc.edu.ar/files/6113-18691-1-SM-1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MILAN, S. **What makes you happy? Insights into feelings and muses of community radio practitioners**. In: SCIFO, S. (Ed.): Westminster Papers in Communication and

Culture, vol. 5, no. 1. London: University of Westminster, 2008. p.25-43. Disponível em: <<http://www.wmin.ac.uk/mad/page-1842>>. Acesso em: 20 set. 2015.

NUNES, M. V. **As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998 – 2000)?** In: COGO, D.; MAIA, J. Comunicação para a cidadania. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.

PEREIRA, G. A. **Noções básicas de Ética e Cidadania.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <r1.ufrj.br/cfar/d/download/Etica%20e%20Cidadania%20.pdf > Acesso em: 24 jul. 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM.** In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 19., 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados.** Reelaboraões do setor. Palavra Clave, vol.11, n.2, diciembre, 2008.

_____. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. In: ENCUESTRO NACIONAL DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 3., 2002, Santa Cruz de La Sierra – Bolívia. **Anais eletrônicos...** Bolívia, 2002. Disponível em: <http://ciciliaperuzzo.pro.br/?page_id=371> Acesso em: 20 jun. 2015.

RIBEIRO, F.; ORTIZ, D. **A função social do jornalismo comunitário.** CELACOM, 2007. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/A_fun%C3%A7%C3%A3o_social_do_jornalismo_comunit%C3%A1rio > Acesso em: 23 jul. 2017.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **História dos bairros de Porto Alegre,** Porto Alegre, 2017. Disponível em http://lproweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf Acesso em: 02 ago. 2017.

ROSTELATO, T. A.; SIQUEIRA, D. P. **Inclusão social, processo coletivo e minorias no ordenamento jurídico brasileiro.** Direito e Humanidades, n. 16, 2010. p.221-237. Disponível em http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/878 Acesso em: 03 ago. 2017.

TABING, L. **How to Do Community Radio: A Primer for Community Radio Operators.** UNESCO, 2002.